

FÉ CRISTÃ E COMPROMISSO SOCIAL *

CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO**

*Professor Titular do Departamento de
Ciências Jurídicas da Pontifícia Universidade
Católica do Rio de Janeiro - PUC - RJ.*

Sem sucumbir a pessimismos estéreis, mas procurando encarar a situação do Brasil hoje com realismo, direi que, não obstante os grandes avanços realizados, entra pelos olhos a evidência de que atravessamos uma fase difícil de nossa evolução histórica.

A dificuldade maior reside no fato que enfrentamos simultaneamente desafios conflitantes. Torna-se quase impossível atender aos problemas da área social, atendimento politicamente interessante, sem deteriorar os compromissos assumidos na área econômica. Por outro lado, a aplicação de uma política econômica austeramente ortodoxa teria preços sociais com inevitável desgaste político.

A situação é difícil, mas pouco atenuaria a dificuldade pretender equacioná-la dentro de estreitos parâmetros conjunturais que são importantes, porém não decisivos.

Proponho-me assim visualizar a situação dentro de um contexto mais amplo, procurando um horizonte de referências que permita ganhar altura sobre os imediatismos meramente pragmáticos, ou críticas conjunturais.

* * *

Estamos assistindo os sinais inequívocos da exaustão de um processo civilizatório. As imensas frustrações geradas pela civilização urbana industrial a colocam diante de um dilema incontornável: ou ela se supera ou perece.

* Aula inaugural PUC-RJ 12/03/82

A causa radical das frustrações e insatisfações geradas pela civilização urbana industrial encontra-se nos grandes sistemas que a administraram: o capitalismo liberal e o coletivismo marxista. Ambos incidiram ao mesmo erro: para o desempenho das enormes potencialidades desta civilização, ambos requisitaram da grande massa humana mobilizada as suas energias menos nobres, as suas energias físicas. O capitalismo liberal, destruindo o tecido social pela corrosão de seu individualismo competitivo, criou um proletariado urbano aviltado nas suas mais elementares exigências humanas. O coletivismo marxista enquadrou esse proletariado no monolitismo de uma ditadura do partido e converteu-se na forma mais reacionária de um capitalismo estatal administrado por uma gerontocracia irremediavelmente anacrônica.

Para usar as categorias de João Paulo II, na recente encíclica Laborem Exerceas, ambos os sistemas são marcados pelo mesmo economismo e pelo materialismo, prático no primeiro, teórico e prático no segundo.

Nunca um processo civilizatório oferecera a uma humanidade de sextuplicada em seus efetivos, tão grandes possibilidades de promoção e de libertação de suas urgências materiais e culturais e nunca a humanidade foi tão frustrada em suas aspirações, atomizada e massificada pelos sistemas que administraram esse mesmo processo civilizatório.

Como se vê, a causa mais profunda do fracasso desses sistemas foi a falta de uma correta visão do homem, de uma antropologia integral. O capitalismo liberal reduziu a pessoa humana ao indivíduo, egoísta e calculista, motivado predominantemente pela maximização de seus interesses, do seu lucro. O coletivismo marxista reduziu a pessoa humana a uma parte, sem consistência própria, do coletivo social. Ambos desconhecem aquilo que constitui a característica mais radical de uma

antropologia integral: a abertura para o transcendente como imanente à pessoa humana.

Entretanto os desafios estão aí, e os prazos para enfrentá-los se encurtam rapidamente e com a deterioração de uma situação já difícil.

Entre os grandes sistemas que se anacronizam pela própria evolução da civilização qual foram e continuam a ser administradores, abre-se um largo espaço para a criação de modelos operacionais mais adequados às diversidades das situações concretas.

O problema formulado a este nível interessa diretamente a uma instituição como uma Pontifícia Universidade Católica. Vale dizer uma Pontifícia Universidade Católica não pode eximir-se da responsabilidade de mobilizar seus recursos humanos, seus enfoques interdisciplinares, suas motivações doutrinárias e seus compromissos comunitários, para colaborar na criação e implementação de um modelo que atenda aos desafios levantados a todos nós pela situação nacional.

Tomo a liberdade de sugerir como vejo o encaminhamento da solução deste desafio.

Tenho fundadas razões para suspeitar que a situação do Brasil hoje atingiu um ponto crítico paradoxal. Creio que hoje o Brasil está pagando, pela não erradicação da pobreza, custos humanos, sociais, ecológicos e inclusive econômicos, incomparavelmente maiores do que o custo necessário à ativação de um modelo capaz de erradicar esta mesma pobreza, isto é, de superar uma situação de injustiça estrutural.

Vejo aqui uma primeira tarefa, extremamente fascinante para uma Pontifícia Universidade Católica: elaborar uma metodologia para a avaliação quantitativa e qualitativa dos custos, diferenciados da erradicação e da não erradicação desta injustiça estrutural. Demonstrada a hipótese acima formulada, aumentaria consideravelmente o potencial de

motivação para enfrentar o desafio. O tema me fascina e permito-me exemplificar a sugestão com referência a um único indicador social. No setor da saúde, o Brasil gastou muitos milhões de cruzeiros para vacinar 19 milhões de crianças; ou seja, investiu muitos milhões na erradicação de um mal que a pobreza não tinha meios de prevenir. No entanto, é certo que seria obrigado a expender incomparavelmente mais para atender ao número de vítimas da não vacinação, ou seja, da não erradicação de um mal social.

Estou convencido de que a análise científica, sem contaminações ideológicas ou políticas, de outros indicadores sociais, como a alimentação, a moradia, o emprego, a educação, levaria à mesma constatação: custa menos erradicar as carências sofridas nestes setores, do que nos está custando a sua não erradicação. Estou acenando apenas ao aspecto quantitativo ou quantificável do problema, porque, a se levar em conta os aspectos qualitativos, não quantificáveis, ou só indiretamente quantificáveis, não se trata apenas de uma hipótese mais de uma tese, de uma evidência ululante. O sofrimento humano do desemprego, do menor abandonado, subnutrido, órfão diurno, do barraco ao desabrigo das inundações e dos despejos, das carências alimentares e educacionais, é um sofrimento simplesmente incalculável; não tem preço.

À base desta premissa, caberia a uma Pontifícia Universidade Católica empenhar-se na colaboração da construção de um modelo adequado.

João Paulo II, na já mencionada encíclica, fiel à linha traçada por Paulo VI, na Octogésima Adveniens, não tem a pretensão de propor modelos operacionais. O Santo Padre visualiza o problema a partir do enfoque próprio da Igreja, o enfoque ético. Deste ponto de vista ele formula o princípio que deve constituir o critério básico, não só para a crítica dos modelos vigentes, mas principalmente para sua autêntica humanização. Refiro-me ao princípio ético da primazia do trabalho sobre o

capital. Importa sublinhar desde logo que o Papa entende o trabalho no seu sentido total, sem nenhuma conotação classista. Por este princípio, ele libera os modelos de qualquer compromisso com os sistemas que a mesma encíclica repudia: o capitalismo liberal, que dá primazia ao capital sobre o trabalho e o coletivismo marxista, que dá ao trabalho uma conotação classista.

Este critério básico, levanta indagações que permitirão a implantação de um modelo capaz de mobilizar da comunidade nacional e da sua força de trabalho, não apenas suas energias físicas, mas as únicas energias que não se esgotam, mas crescem com seu uso, as energias espirituais, da criatividade e da participação.

Formulo algumas destas indagações: uma sociedade que dá primazia ao trabalho sobre o capital, como deve equacionar o problema da alimentação, da moradia, da saúde, da educação, do emprego? Será que a nossa sociedade, na qual, quase 80% da população ativa ganha até 3 salários mínimos, está enfrentando esse problema a partir daquele critério básico?

Numa sociedade que dá primazia ao trabalho sobre o capital, como deve ser formulada a política fiscal? Pode o trabalho ser severamente tributado, enquanto o capital dispõe de inúmeros meios de ampliar-se indenizados ao fisco? Como deve ser implementada a política creditícia? Empréstimo-se mais a quem já tem muito, ou abrem-se também oportunidades a quem trabalha muito? Como seria formulada, em tal sociedade, uma legislação eleitoral? Podem os letrados dessa sociedade excluir um trabalhador do direito de voto, apenas porque ele é analfabeto? Em tal sociedade, que mecanismos novos criar para aumentar a participação de todos na formulação das leis e na sua reforma para adequá-las melhor às exigências da primazia do trabalho sobre o capital?

Cada um dos subsistemas de um modelo, os subsistemas político, econômico, social e cultural, deveriam ser confrontados com o

critério básico formulado por João Paulo II, para a implementação construtiva de um modelo aberto às novas e imensas potencialidades oferecidas pelo novo ciclo civilizatório já captado pelos radares voltados para o futuro; o ciclo da nova revolução industrial, a revolução da informática e da cibernética.

Todo cristão está comprometido com este desafio e está comprometido em nome de sua fé. Fé cristã e compromisso social, tema desta aula inaugural, é também, por coincidência, o título do livro que acaba de lançar o Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), em colaboração com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em sua edição brasileira.

Fé cristã e compromisso social não é porém apenas um título; é a expressão de uma das exigências radicais do cristianismo. É a fé que nos revela ser imanente ao homem uma abertura ao transcendente, ser imanente ao homem o anseio por um destino transhistórico, situado além dos estreitos limites do materialismo, das coordenadas do tempo e espaço. É a fé que nos oferece as bases de uma antropologia integral. É a fé que nos revela ser essa condição comum a todos os homens, independentemente de quaisquer discriminações sociais, políticas, econômicas, raciais ou culturais. É a fé que nos revela que somos todos solidários em Cristo, e em seu desígnio de libertação total, ou seja, de redenção. A fé cristã implica assim num compromisso social, sob pena de não ser fé ou de não ser cristã. Uma universidade será Pontifícia e Católica na medida exata em que assumir o compromisso social a partir da fé cristã, de cujas exigências a Igreja, através de seu magistério, é a depositária e a intérprete. Todo compromisso social será incapaz de criar um modelo digno, se abstrair das exigências da fé. Incidirá fatalmente nos erros e desvios dos sistemas que desconhecem a dimensão transcendente do homem anunciada pela Doutrina Social da Igreja. Esta Igreja, na sua milenar experiência pastoral, "perita em humanidade", conforme a expressão de Paulo VI, presente a toda realidade humana, onde se

articulam as múltiplas relações que constituem o tecido social, não se identifica com ela não é por ela absorvida, mas emerge dela, a transcende e ilumina com as radiações da fé que revelam as transparências das opacidades mais espessas, as subjacências mais profundas das dialéticas aparentes. Fé cristã tem um compromisso social, porque tem um compromisso com o homem do qual possui uma visão integral, imanente a cuja natureza ela descobre uma dimensão transcendente.

Tenho a obstinada esperança de que a mensagem da Igreja, que procurei transmitir, encontrará eco nesta instituição, por ser uma universidade comprometida com a globalidade do saber, por ser católica, comprometida com todos os homens e com o homem todo e por ser pontifícia, comprometida com a fidelidade ao Pontífice João Paulo II, o "pontifex" aquele que se empenha na construção da ponte entre uma cultura perplexa e as firmes certezas da fé, entre o homem angustiado e ultrajado na sua dignidade essencial, e o Cristo, Redemptor hominis.